

# ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DOS ANOS INICIAIS EM UMA ESCOLA PARAIBANA

Kelly Cristina Nunes Carneiro Mendonça <sup>1</sup>

Dário Xavier de Lima Júnior <sup>2</sup>

Isachalem Lima de Souza <sup>3</sup>

## RESUMO

Esta pesquisa foi concebida a partir da nova organização do trabalho pedagógico formado por meio da situação emergencial da pandemia do COVID-19. Dada a vulnerabilidade social e econômica da comunidade escolar pesquisada, as aulas remotas são realizadas, a partir de atividades pedagógicas impressas, o que, outra alternativa, tornaria este processo ineficaz. Para aporte teórico que embasou esta pesquisa, foram utilizados os autores Libâneo (2009), Alves (2020), Nascimento (2020), Rodrigues e Goulart (2020), Saraiva, Traversini e Lockmann (2020). No tocante ao rigor metodológico, foi realizado uma busca em bases de dados a fim de fundamentar teoricamente este trabalho, assim como uma pesquisa documental na política, programas de ensino e entrevistas com professores, supervisores e gestores da escola pesquisada. Os resultados encontrados evidenciaram que a política apresenta meios sugestivos para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem de maneira remota, e os professores percebem como pontos favoráveis da utilização de atividades impressas para a minimização dos problemas das famílias não terem condições com recursos tecnológicos e internet; no tocante à percepção negativa apontada por eles foi o de *feedback*. Adicionalmente, verificou-se que, com essa pesquisa, não há garantia que os estudantes estão aprendendo por meio desse método por não existir a possibilidade de correção das atividades devido à questão do isolamento social vigente. Somente com o retorno seguro das atividades.

**Palavras-chave:** Ensino-Aprendizagem, Ensino Remoto, Isolamento Social.

## INTRODUÇÃO

O cenário pandêmico trouxe consigo um enorme desafio para todos os segmentos da sociedade. A educação, principalmente a pública, encontrou no ensino remoto emergencial um meio para que as possíveis perdas e danos ocorridos com esse problema de saúde pública, dado o afastamento social obrigatório, e, com isso o fechamento das escolas e a suspensão das aulas presenciais, foram minimizados. No entanto, é preciso analisar essa prática e o quanto o processo de ensino-aprendizagem pode estar sendo afetado.

---

<sup>1</sup> Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pelo Instituto Brasil de Ensino – (IBRA), [kellycristinanunes@hotmail.com](mailto:kellycristinanunes@hotmail.com);

<sup>2</sup> Mestrando em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), [darioxavier.junior@gmail.com](mailto:darioxavier.junior@gmail.com);

<sup>3</sup> Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Universidade Norte do Paraná – (UNOPAR), [isachalem24@gmail.com](mailto:isachalem24@gmail.com).



Essa ideia do Ensino Remoto Emergencial (ERS) é, para Nascimento (2020), um modelo de educação que fora concebido para que se adapte o ensino a fim de reduzir os impactos a um nível minimamente aceitável. Soma-se a isso, a necessidade de se inovar e de se estruturar os planejamentos pedagógicos e a sua operacionalização dentro de uma realidade particular para cada comunidade escolar (NASCIMENTO, 2020).

Quando atrela-se essa ideia à temática proposta nesta pesquisa, faz-se necessário um estudo para estimar as experiências que os docentes estão tendo nesse panorama e a reflexão das novas habilidades compreendidas por eles. Nesse processo, esta pesquisa justifica-se diante da realidade em que os docentes das escolas públicas – *lócus* de pesquisa – são dotados de peculiaridades que os divergem dos docentes das escolas privadas, por exemplo.

Seja pela limitação digital em utilizar as tecnologias, seja pelo público e perfil social e econômico dos seus alunos, ou até mesmo pelo entrave de recursos financeiros empreendidos pelo setor público, esses docentes foram e estão sendo desafiados a compreender suas dificuldades e a dos seus alunos, e prosseguir nesse processo abrupto que é o ERS. Um outro ponto que justifica esse trabalho é quando se destaca a importância em mensurar a efetividade, o alcance, a aplicação e a qualidade do aprendizado nessa escola.

Diante disso, esta pesquisa visa responder o seguinte problema de pesquisa: Na percepção dos docentes, como se dá o processo de ensino-aprendizagem no contexto do ensino remoto emergencial em um município paraibano?

Essa escola municipal, encontra-se localizada na Paraíba, possuindo 78 alunos que estudam em regime integral nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Do ensino regular, esses alunos estão distribuídos nos cinco anos, ou seja, possuem cinco docentes, além de um professor de educação física, e mais quatroicineiros que desenvolvem ações referentes à Língua Portuguesa, Matemática, Educação Musical, e Bandas e Fanfarras.

Esses alunos logram residências as regiões circunvizinhas da escola, o perfil social e econômico da maior parte deles é de pobreza, onde fazem uso de auxílios governamentais tais como: CadÚnico, Bolsa Família, e, agora, o Auxílio Emergencial. Muitas famílias vivem da informalidade, doações e ajuda de terceiros. Com isso, pode-se inferir que não é factível a utilização dos recursos tecnológicos educacionais para o processo de ensino-aprendizagem.

Diante disso, este trabalho teve como objetivo geral analisar a percepção dos docentes em relação ao processo de ensino-aprendizagem no contexto do ensino remoto emergencial. Para tal, foram traçados três objetivos específicos: (a) Analisar a política educacional municipal no tocante ao ensino emergencial remoto; (b) descrever o processo de planejamento didático dos docentes para o período de ensino emergencial remoto; (c) identificar os



principais entraves enfrentados pelos professores na garantia do processo de ensino-aprendizagem nesse contexto.

A metodologia usada para o desenvolvimento desse trabalho foi por meio de uma abordagem qualitativa, em que se utilize as técnicas de pesquisa documental em decretos, leis e programas educacionais, além de entrevistas semiestruturadas com os professores, e, posterior análise do conteúdo dos dados encontrados. Cabe ressaltar que as entrevistas, dada a pandemia, foram concebidas a partir de chamadas de vídeos pelo aplicativo *Google meet*.

Desse modo, percebe-se que o ERS se configura como uma nova organização do trabalho pedagógico, que apresenta pontos positivos e negativos. Dos pontos positivos, pode-se citar a questão da segurança em relação ao contágio e, no caso das atividades impressas, de o aluno poder “resgatar” as atividades da semana que não pôde buscar por qualquer motivo que seja, não tendo prejuízo quanto a conteúdo. Dos negativos, o feedback é o mais evidenciado por causa da impossibilidade das correções das atividades.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da ideia de Libâneo (2009), em que a escola assume um papel fundamental na sociedade a partir da prática escolar, e esta está diretamente atrelada ao trabalho docente e às condições que este tem no tocante à realização do seu trabalho, entende-se que, a escola atende, além das práticas pedagógicas, como também, aos interesses econômicos conforme a classe social que ela se apresenta. Essa ideia fundamenta o ensino fundamental presencial quando a LDBEN no seu artigo 32, parágrafo 4º, tratando do ensino a distância, segundo Brasil (2019, p. 23) “como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”.

A principal característica que define o ensino remoto emergencial é se tratar de uma situação temporária. Enquanto a situação emergencial continuar, o ensino remoto se manterá. Por muito tempo, trabalhou-se que a educação escolar seja um espaço prazeroso e acolhedor, e nesse momento de aulas remotas, possuem um contexto, segundo Alves (2020, p. 360), “estressante, desgastante e frustrante para os sujeitos do processo de ensinar e aprender, incluindo nessa situação singular, os seus pais”.

Para que essas práticas de aulas remotas funcionem e atendam às necessidades educativas, é preciso que as dimensões didáticas da efetividade, alcance, aplicação e qualidade sejam considerados nos planejamentos estratégicos, tanto da escola quanto dos docentes. É importante considerar essas dimensões nos planejamentos, pois o seu



funcionamento e entrosamento se dará com o atendimento exitoso de todas as partes envolvidas (ALVES, 2020).

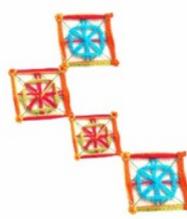
Em Alves (2020), percebe-se que a efetividade se trata de todos os envolvidos no processo de realizar as suas responsabilidades, por exemplo, os docentes estão planejando e construindo as atividades para seus alunos, assim como os responsáveis dos alunos estão buscando as atividades e, conseqüentemente, os alunos realizando as atividades. Cada um desempenhando o seu papel.

Quanto ao alcance, o autor pontua que todos os alunos dessa escola devem ser contemplados com as atividades, independente de distância ou qualquer outro fator impeditivo, por exemplo, apesar da distância da moradia com a escola, os alunos têm acesso as atividades impressas. Já a aplicação se direciona a duração da efetividade das atividades, por exemplo, os docentes continuam elaborando as atividades pedagógicas impressas, assim como os responsáveis continuam buscando e os alunos realizando as atividades. Sabe-se que o método de ERS é experimental e, com o tempo, pode tornar essa frequência escassa e restringido pela continuação de pequenos grupos, no caso dos responsáveis dos alunos. Em relação à mensuração pela qualidade, Alves (2020) compreende-se que é um critério avaliativo para mensurar a prática dos serviços de ERS se é favorável para aquela comunidade escolar ou não.

Além disso, é importante frisar que desde o início das aulas remotas e as atividades realizadas em casa, os docentes, além das famílias e alunos, estão passando por um período de adaptação de suas novas práticas, e com isso, o sufocamento do profissional devido à grande quantidade de afazeres acumulados. De acordo com Saraiva, Traversini e Lockmann (2020, p. 13), essa prática “torna plausível, e até mesmo normal, a ideia do trabalho sem pausa, da produtividade sem limites e de uma disponibilidade quase absoluta às demandas do tempo presente, sejam elas vinculadas ao trabalho profissional ou ao trabalho doméstico”.

Adicionalmente, Saraiva, Traversini e Lockmann (2020), discorrem que os principais desafios dos docentes são percebidos diante do fato de terem que trabalhar para além da carga horária contratada. Além disso, os pais e responsáveis, a equipe da gestão escolar, entram em contato três vezes por dia para tirar dúvidas por aplicativos, por exemplo, o *Whatsapp*, e, soma-se a isso, a necessidade de planejar, enviar, receber e corrigir as atividades que lhes são de sua competência.

Como se não bastasse, os autores destacam que o processo de “escolarização em domicílio” onde as escolas entregam às famílias as atividades planejadas, pode gerar um processo de exclusão, tendo em vista que, diante da vulnerabilidade social, alguns dos



responsáveis podem não ter escolaridade para tratar do assunto com os alunos (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020, p 13).

No que diz respeito à carga horária mínima de dias letivos efetivos, estabelecida na LDBEN, em seu artigo 23, § 2º, “o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei” (2019, p. 18).

Esse documento de reestruturação curricular da educação foi necessário devido ao que consta no artigo 1º da Medida Provisória nº. 934, de 2020, que trata das normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, sendo todo o estabelecimento de educação básica (BRASIL, 2020).

Tais sugestões servem para atingir todas as ações pedagógicas à distância, adequando os espaços e formas de comunicação adotadas pelas instituições de ensino, considerando critérios que atendam às necessidades de sua comunidade escolar e possam levar adiante o andamento das atividades e ter continuidade para mantê-las funcionando. Contudo, é preciso entender que, segundo Rodrigues e Goulart (2020, p. 12) “tudo o que é novo é assustador, mas precisamos ter coragem para enfrentar todas as mudanças com leveza”.

## METODOLOGIA

No tocante ao procedimento metodológico seguido nesta pesquisa, inicialmente, foi realizado uma revisão da literatura a partir das bases de dados como *Google acadêmico*, *SciELO*, Periódicos da Capes (Teses e Dissertações), *Spell*, além de buscas livres e consultas aos especialistas, a fim de que fosse concebido o aporte teórico que fundamentou este trabalho.

As buscas foram realizadas a partir de combinações utilizando os seguintes *strings* de busca “ensino remoto emergencial”, “percepção docente na pandemia”, “desafios dos professores na pandemia”, “prática docente nos anos iniciais”, “ensino fundamental e pandemia”, “educação à distância e ensino remoto” e “ensino emergencial”.

A partir disso, esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa em que, de acordo com Flick (2009) e Godoy (1995), visa compreender ações e fenômenos individuais ou grupais, diante de características que lhes são particulares em um determinado momento. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto, atenção especial (GODOY, 1995).



Isso exposto, diante dos objetivos específicos norteadores desse trabalho, foram executadas as ações metodológicas descritas no Quadro 01.

Quadro 01 – Ações Metodológicas

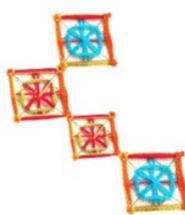
<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Ação Metodológica</b>
(a) Analisar a política educacional municipal no tocante ao ensino emergencial remoto;	<b>Pesquisa documental em</b> Legislações, Decretos, Documentos, Políticas Educacionais no contexto do ensino remoto emergencial.
(b) descrever o processo de planejamento didático dos docentes para o período de ensino emergencial remoto;	Pesquisa documental, observação direta em reuniões, entrevistas semiestruturadas com professores, coordenadora pedagógica e gestão escolar.
(c) identificar os principais entraves enfrentados pelos professores na garantia do processo de ensino-aprendizagem nesse contexto.	Entrevista semiestruturada com professores

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Cabe ressaltar que, dado o cenário pandêmico, as entrevistas semiestruturadas citadas no Quadro 01 foram realizadas utilizando chamadas de vídeo pelo aplicativo *Google meet*. Além disso, o material resultante da coleta de dados realizada de acordo com o quadro acima, foi devidamente transcrito e realizada a análise do seu referido conteúdo à luz do aporte teórico que rege esta pesquisa. Esta pesquisa foi realizada entre os meses de maio e julho de 2020.

Em um primeiro momento, surgiram questionamentos acerca da aplicabilidade das aulas remotas pelos docentes e suas percepções. Com isso, foram realizadas entrevistas com gestão e supervisão da escola pesquisada. Em um segundo momento, houve a transcrição das informações coletadas, posteriormente, a sua discussão relacionando-a com a teoria aqui apresentada. E, por fim, a organização das ações demandadas pelos documentos de reestruturação pedagógica adotada pelo município e seu atendimento com qualidade.

Por razões éticas, os nomes das crianças, das escolas, dos entrevistados e dos municípios foram mantidos em sigilo. Após todos os procedimentos metodológicos aqui descritos, obteve-se o resultado, e, a partir disso, foi realizada uma intervenção; ambos estão descritos na seção posterior.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da pesquisa documental realizada nos decretos, leis, políticas e programas educacionais inseridas no município em que está inserida a escola pública pesquisada, foi encontrado que diante das orientações do CNE, o município adotou o seu Regime Especial de Ensino, onde estabelece no seu artigo 1º sobre as atividades pedagógicas da rede pública de ensino municipal sem a presença de professores e estudantes. No §2º, do artigo 3º da Portaria Municipal, que compreende as atividades pedagógicas nos anos iniciais destaca que os estudantes dos anos iniciais terão suas atividades realizadas por meio de roteiros de estudos sistematizados.

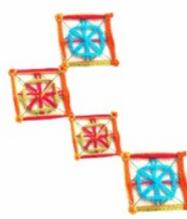
Além disso, as ações pedagógicas, o documento da Portaria Municipal no que tange o ensino fundamental anos iniciais foram estabelecidos três formas de desenvolver e atender as atividades pedagógicas por meio de ações remotas, quais sejam: a ferramenta do *Whatsapp*, livros e atividades impressas. Estas sugestões são baseadas nas características da comunidade escolar e as possibilidades educativas da região.

A partir das entrevistas realizadas com os professores, foi possível descrever a situação apresentada no município e a fragilidade do processo em que se deu para a continuidade dessas aulas. Correspondendo, ainda, com as orientações educacionais vigentes adotadas no país e no município.

Considerando os dados, o primeiro passo adotado pela Instituição de Ensino (IE) foi ouvir a comunidade escolar para ter embasamento na decisão de como será a aplicação das aulas remotas. Foram consideradas as alternativas expostas pelo município e a decisão da maioria resultou nas atividades impressas devido à falta de recursos tecnológicos e internet por parte dos responsáveis, e, ainda, da instabilidade que se assolava nessas famílias em cumprir com os serviços de internet por conta da impossibilidade de trabalharem para ficarem em casa seguindo as normas de saúde pública do município.

Com isso, os docentes foram comunicados a respeito da decisão e tiveram orientação da gestão pedagógica em seguir com as atividades e quais os documentos necessários deveriam ser elaborados por eles, prazo de envio das atividades para impressão, início efetivo das atividades e etc. Iniciou-se, assim, a nova organização do trabalho pedagógica da IE.

Na ideia de reinvenção das práticas educativas, os docentes apresentam algumas queixas como “[...] as aulas são boas, necessárias. Mas me sinto cansada”, fala da Docente 1. Conforme Rodrigues e Goulart (2020, p.13) expressam que “para os professores que



assumiram os desafios de mudar todas as suas estratégias de ensino para reinventar e reinventarem-se também não foi uma tarefa fácil”.

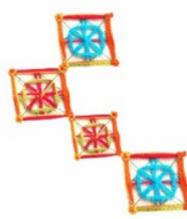
Para a Docente 2, em relação ao uso dos recursos tecnológicos, “[...] *para mim, o uso do computador é, e está sendo o pior disso tudo. Fico aflita porque não sei usar*”. Para Alves (2020, p.358) “a tecnologia pode ser compreendida como meros recursos didáticos, utilizadas como meio para atingir um determinado objetivo”. No entanto, para esse docente sem ter afinidade com essa prática, faz com que o estresse se acumule e a saúde mental desse docente seja prejudicada.

Em relação ao feedback das atividades, a Docente 3, fala que “[...] *não sabe se seus alunos estão aprendendo. Mando as atividades e não respondem ou devolvem*”. Para Saraiva, Traversini e Lockmann (2020, p. 07), “no ensino remoto, é necessário, em geral, um envio de evidências de desenvolvimento de atividades não avaliativas, que funcionam como uma forma de controle do uso do tempo, uma das características da disciplina”. Esse controle avaliativo deverá ser desenvolvido em outro momento oportuno.

Uma queixa unânime desse processo do ensino remoto envolve a ausência da iniciativa do contato com os pais. “*Não me procura*”, Docente 1; “*Não atende o telefone*” Docente 2, e etc. Falas como estas demonstram a falta de compromisso das famílias com a educação. De acordo com Rodrigues e Goulart (2020, p. 11-12), essas etapas são as mais desafiadoras para o ensino remoto, já que as crianças menores têm menos autonomia para aprender sozinhas.

Outra fala que abrange a maioria dos docentes é em relação ao sentimento de saudade de estar em sala de aula com os estudantes. Em falas como “[...] *Sinto falta da minha rotina em sala de aula*”, Docente 2; “*Queria estar com meus meninos*”, Docente 3. Para Rodrigues e Goulart, (2020, p. 13), existe esperança “que todo este cenário mude logo e que, muito breve, todos possam voltar para suas rotinas. Acreditamos em uma volta com uma bagagem muito maior e as práticas pedagógicas, mesmo que presenciais, nunca mais serão as mesmas”.

Em maio, as atividades impressas foram planejadas pelos docentes, além de envio de um documento chamado de Roteiro para o Estudante, como também, o envio de um documento específico chamado de Plano Estratégico Pedagógico da Escola, onde consta as informações, como os Componentes Curriculares, Conteúdos trabalhados, Habilidades a serem desenvolvidas, a forma de atividade (no caso, atividades impressas) e Avaliação adotada pelo docente. Toda semana esses documentos devem ser enviados por e-mail para a Gestão Pedagógica, de modo que possam ser analisados e enviados para impressão.



Com o passar do tempo, houve a necessidade de adaptação tanto dos responsáveis dos estudantes pelas orientações das aulas quanto dos docentes. Houve então a adoção de uso alternativo de grupo de *Google meet* dos responsáveis, no entanto, o objetivo desse grupo é para solução de dúvidas que possam surgir, mesmo com a entrega do Roteiro do estudante. É preciso considerar a vulnerabilidade que a comunidade escolar vive, além da situação dessas famílias. Mas quase não há interação pelo grupo, sendo os casos de dúvidas tirados pelo conta privada do docente.

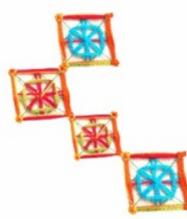
A escolha de atividades pedagógicas impressas não permite momentos de interação imediata, portanto, não há como saber se os estudantes estão de fato aprendendo. Logo, a questão da avaliação também é comprometida. Apenas com o retorno dos docentes na IE para corrigirem as atividades dará alguma orientação do que está acontecendo com os seus estudantes, sendo o fator mais preocupante comum dentre os docentes. Ato esse que até o presente momento não foi realizado. Para Saraiva, Traversini e Lockmann (2020, p. 17), outras condutas podem ser criadas (...) os próprios docentes podem fazê-lo priorizando não apenas as competências previstas em documentos oficiais, mas dando uma mais ampla visibilidade ao vivido e ao aprendizado neste momento de pandemia.

Atualmente, em relação à questão da avaliação não há nenhuma forma avaliativa pois a escolha de atividades pedagógicas impressas necessita de correção contínua do material, fato que não ocorre por conta do isolamento estabelecido pelo órgãos de saúde. Portanto, com o isolamento social e a Portaria Municipal (2020) determinam expressamente que os professores e estudantes devem realizar as atividades não presenciais no IE.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa situação emergencial mostra a fragilidade que muitas IEs convivem, especialmente quando lidam com comunidades escolares de situação de vulnerabilidade social. Sendo mais delicado ainda no que diz respeito ao isolamento social, onde as famílias precisam ficar reclusas para evitar a contaminação, ficando impedidas, inicialmente, de trazer o sustento para seus lares.

Frente a isso, tem-se o contexto educacional modificado para dar continuidade as suas atividades, tendo a incerteza e esperança de volta às aulas presenciais. No entanto, viu-se a gravidade da situação. Com isso, as aulas remotas com atividades pedagógicas impressas foi a melhor alternativa para as famílias.



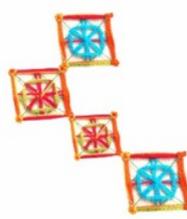
Mesmo com a escolha das atividades pedagógicas impressas, a criação de um grupo de *Google meet* foi realizado com o objetivo de tirar dúvidas das crianças e dos responsáveis, pensando na situação de que a explicação no documento do Roteiro não foi suficiente ou até mesmo que o responsável não tinha domínio da leitura para auxiliar o estudante. Muitas foram as possibilidades pensadas para contribuir mais para a melhoria do ensino. Inclusive de enviar os livros para os estudantes. No entanto, há critérios para isso. A questão da alta rapidez do contágio foi determinante em não enviá-los.

O fator negativo dessa escolha das atividades pedagógicas impressas é a falta de interação/comunicação imediata das ações. Até o presente momento, a não possibilidade de correção dessas atividades, por causa do manuseio, podendo ser vetores da doença, prejudica o acompanhamento do desenvolvimento do estudante, onde nesse caso, o docente pode apenas imaginar o que está acontecendo pelo pouco que conheceu do estudante no início do ano letivo. Em contrapartida, há o sentimento de incerteza que, os estudantes que acompanham as atividades estejam se “alimentando” do conhecimento da melhor maneira possível, e a esperança que esse tempo finde.

A percepção do docente é fundamental por ele estar imerso nesse cenário e de todas maneiras tenta se organizar e reinventar para atender aos critérios pedagógicos e todas as suas nuances. Essa percepção sugere uma atenção maior de suas atribuições, que ocasionam preocupações sobre as incertezas do atendimento e desenvolvimento processo de ensino-aprendizagem. No entanto, há muito mais que se investigar sobre os procedimentos da atuação e parceria dos docentes com as famílias para que os prejuízos na educação, já sabidos, sejam desenvolvidos e em momento oportuno, voltados para uma realidade de cuidado com a saúde para um retorno às aulas seguro.

No tocante às contribuições que esta pesquisa aponta, tem-se: (a) **a teórica** – tendo em vista que dada atipia do ensino remoto emergencial, sobretudo nesse cenário pandêmico, a revisão da literatura mostrou uma incipiência na questão da percepção dos docentes sobre essa estratégia de ensino e, por isso, esse trabalho avança no conhecimento e na teoria; e, (b) **a prática** – uma vez estabelecido um diagnóstico ao qual aponta para os desafios do docente quanto ao ensino remoto, esta pesquisa poderá subsidiar a elaboração de uma política estratégica emergencial que vise dirimir ou ainda mitigar os problemas enfrentados pelos docentes na garantia do processo de ensino-aprendizagem.

Como limitação desta pesquisa destaca-se que a metodologia poderia ter sido um grupo focal, o que não foi possível por conta do cenário pandêmico em questão. Outras pesquisas poderão ser desenvolvidas em que contemple essa técnica de coleta de dados, o



grupo focal. Além disso, a percepção docente poderá ser avaliada a nível de estado quando concebida uma escala de mensuração a fim de avaliar a relação dos docentes e os seus desafios no ensino remoto emergencial através de técnicas estatísticas robustas, tais como a Análise Fatorial, Análise de Regressão e Modelagem de Equação Estrutural (MEE) com um grande volume de respondentes.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L. Educação Remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas**: Aracaju. V. 8. N.3. 348 - 365 p. 2020. Disponível em:

<<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251/4047>>. Acesso em 10 ago. 2020.

BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, **Coordenação de Edições Técnicas**, 2019. 59 p.

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 934 de 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**. Brasília. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>> Acesso em 04 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE. Parecer n. 5/2020 de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Relatores: Eduardo Deschamps e Maria Helena Guimarães de Castro.

**Documenta**, Brasília, DF, n. 23001.000334/2020-21, 2020. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=144511-texto-referencia-reorganizacao-dos-calendarios-escolares-pandemia-da-covid-19&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=144511-texto-referencia-reorganizacao-dos-calendarios-escolares-pandemia-da-covid-19&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192)> Acesso em 02 ago. 2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa** (3a ed., J. E. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed. 2009.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35. n. 3, p. 20-29. 1995. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>> Acesso em 05 ago. 2020.

LIBÂNEO, J. C. **A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. In: Democratização da Escola Pública. 23. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

NASCIMENTO, B. J. C. **A construção de um novo paradigma de educar :do singular ao coletivo, reflexões necessárias em tempos de pandemia**. Simbiótica, Edição Especial, vol.7, n.1, jun., 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL. Portaria 077/2020. Dispõe sobre a adoção, no âmbito da rede pública municipal de ensino, do regime especial de ensino, como medida preventiva à



disseminação do covid-19, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Paraíba.

Publicado em 28.04.2020, p. 01-04. Disponível em:

<[http://www.lucena.pb.gov.br/view/resources/arquivos/publicacoes/1/arquivo\\_publicacao\\_28042020102116.pdf](http://www.lucena.pb.gov.br/view/resources/arquivos/publicacoes/1/arquivo_publicacao_28042020102116.pdf)> Acesso em 08 ago. 2020.

RODRIGUES, C. G.; GOULART, M. M. Ensino Fundamental: as alternativas da escola para educar em tempo de isolamento social. **Repositório Institucional RIUNI**, 2020. Disponível em <<http://www.riuni.unisul.br/handle/12345/10248>>. Acesso em 27 ago. 2020.

SARAIVA, K.; TRAVERSINI, C.; LOCKMANN, K. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.15, e2016289, p. 1-24, 2020. Disponível em:

<<https://revistas.apps.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16289/209209213529>>. Acesso em 18 ago.